

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 5 | edição nº 1 | 2016

*A camada do Pré-Sal da Costa brasileira
enquanto um tema de segurança: análise de
discursos e documentos provenientes do
governo brasileiro e de setores relacionados
ao âmbito militar nacional*

Gabriel Campos Fernandino

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 **unesp**
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

*A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

A CAMADA PRÉ-SAL DA COSTA BRASILEIRA ENQUANTO UM TEMA DE SEGURANÇA: ANÁLISE DE DISCURSOS E DOCUMENTOS PROVENIENTES DO GOVERNO BRASILEIRO E DE SETORES RELACIONADOS AO ÂMBITO MILITAR NACIONAL

Gabriel Campos Fernandino¹

Resumo: O presente artigo busca interpretar, a partir da análise de discursos e documentos oficiais do governo brasileiro, a construção discursiva do tema da camada do pré-sal da costa brasileira como um assunto de segurança. Para tal, edifica-se a análise sobretudo a partir do substrato teórico fornecido por Buzan, Waever e Wilde (1998), acerca do componentes configuradores de um processo de securitização, bem como a partir da metodologia de análise de discurso desenvolvida por Lene Hansen (2006). Para tanto, organiza-se o artigo em duas partes principais. Na primeira dessas partes, são brevemente expostas algumas das nuances do tema da Segurança no pós Guerra fria e algumas possibilidades de diálogo com o campo da Análise de Discurso. Na sequência, são analisados certos documentos e discursos brasileiros direta ou indiretamente relacionados tema da camada do pré-sal, através da perspectiva da securitização.

Palavras-chave: Análise de discurso. Pré-sal. Securitização.

THE BRAZILIAN PRE-SALT LAYER AS A SECURITY ISSUE: ANALYSIS OF OFFICIAL DOCUMENTS AND SPEECHES FROM THE BRAZILIAN GOVERNMENT AND SECTORS RELATED TO THE NATIONAL MILITARY SPHERE

Abstract: This article seeks to interpret, through speech and documental analysis, the discursive construction of the Brazilian pre-salt layer as a security issue. To this end, the analysis borrows the theoretical basis provided by Buzan, Waever and Wilde (1998), on the securitization process, as well as the discourse analysis methodology developed by Lene Hansen (2006). The article is organized into two main parts: In the first part, some of the nuances of the security concept in the post-Cold War period are exposed as well as some possibilities of Discourse Analysis field. In the second part Brazilian documents and speeches, direct or indirectly related to the subject of the pre-salt layer, are analyzed through the perspective of securitization.

Keywords: Pre-salt layer. Securitization. Speech Analysis.

¹ Mestrando no Departamento de Ciência Política da UFMG. Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas. E-mail para contato: gabrielfernandino@hotmail.com

Introdução

A denominada camada pré-sal da costa brasileira diz respeito a uma profunda jazida de petróleo de grandes proporções, que veio a ser objeto conhecimento público a partir do ano de 2006. Localizada no nível inferior ao do leito do mar, a jazida compreende uma faixa estimada em mais 800 quilômetros, entre os estados do Espírito Santo e de Santa Catarina. Segundo informa o *website* da Marinha Brasileira², especula-se a existência de um volume de mais de 80 bilhões de barris de petróleo na camada pré-sal da costa nacional. Tal estimativa certamente atrai considerável interesse político, estratégico e midiático, acerca das expectativas de exploração e da manutenção desse relevante recurso energético.

De acordo com Siqueira (2010), o petróleo se destaca na matriz energética mundial como o recurso fóssil presente em mais de 90% da produção de combustível, além de servir como insumo na produção de tintas, plásticos e diversos outros derivados. A alta versatilidade econômica do petróleo promove-o assim enquanto um elemento estratégico que pode vir a ser tacitamente considerado tanto por atores localizados no âmbito doméstico quanto por aqueles situados na esfera internacional. Nesse sentido, acrescenta Siqueira (2010) que a busca pela independência energética é fundamental para a manutenção da soberania nacional, podendo gerar implicações diretas nas políticas de defesa de um Estado. Considerando por outro lado a possibilidade de analisar a construção das ações de defesa nacional bem como da noção de segurança a partir da variável do discurso, o presente artigo procura interpretar a partir da análise de discursos e documentos oficiais do governo brasileiro como o tema da camada do pré-sal da costa brasileira foi discursivamente construído como um assunto de segurança.

Trabalhando a partir do aporte teórico fornecido por Buzan, Waeber e Wilde (1998) sobre a construção de um processo de segurança bem como a partir do esquema de análise de discurso fornecido por Hansen (2006), interpreta-se uma resolução do DOU, publicada em 2010, enquanto uma relevante resultante de um processo de construção discursiva que vem sendo realizado desde a oficialização da descoberta da camada pré-sal em 2006. Conclui-se que enquanto o Palácio do Planalto adota um discurso de tom mais pacífico, marcado por referências que remetem a episódios históricos prévios e mobilizações indiretas da ameaça externa, os setores militares brasileiros constroem a questão da ameaça

² <https://www.marinha.mil.br/sic/amazonia-azul.html>

de maneira mais objetiva e incisiva. Interpreta-se que os discursos do Palácio, ainda que façam uso de estruturas discursivas menos claras, não deslegitimam a objetividade dos textos das Forças Armadas; na verdade, o Palácio respaldaria e sustentaria as construções textuais oriundas do âmbito militar brasileiro, delegando para esse setor os possíveis custos de uma construção incisiva da ameaça.

2. Segurança, Relações Internacionais e análise de discurso

A demanda por abordagens mais amplas após o colapso da União Soviética tomou forma e força tanto nas academias quanto nos setores públicos. Seja por um maior grau de interdependência complexa (KEOHANE. 2001; 2005), seja em função da expansão e do aumento da credibilidade das agendas ambientais e econômicas nas décadas de 1970 e 1980 (GALVÃO. 2008), seja pelo considerável aumento dos índices de crimes transnacionais (BUZAN, WAEVER, WILDE. 1998), ou mesmo ainda pelo conjunto desses e de outros fatores, o fato é que a demanda por uma compreensão mais ampla sobre a agenda de segurança foi praticamente consensual a partir da década de 1990 (MENDES. 2008).

Nesse contexto Buzan, Waever e Wilde (1998), refletem sobre como um determinado fenômeno ou objeto pode ser localizado na esfera da segurança através da ideia de processo de securitização³. A securitização é colocada enquanto a politização extrema de um tema, construído enquanto uma questão de segurança, a partir da geração e da percepção de um objeto ameaçado e de um agente ameaçador. Para verificação do processo, os autores definem um método operacional de cunho construtivista segundo o qual “uma securitização de sucesso possui três componentes (ou passos): ameaças existenciais, ação emergencial, e efeitos nas relações entre unidades através da quebra de regras” (BUZAN; WAEVER; WILDE. 1998: 26). Trata-se de um conjunto de etapas intimamente ligadas entre si, dependentes essas das ações e percepções dos atores envolvidos assim como dos discursos que permeiam e regulam o processo. Quer-se dizer que, primeiramente, o processo de securitização deve envolver necessariamente a constatação ou a construção de uma ameaça à existência do ser.⁴ Para atender a esse

³ Cabe destacar que a securitização – *securitization*, no original – é concebida por Buzan Waever e Wilde (1998) em uma dimensão completamente distinta daquela atribuída ao termo no âmbito economia.

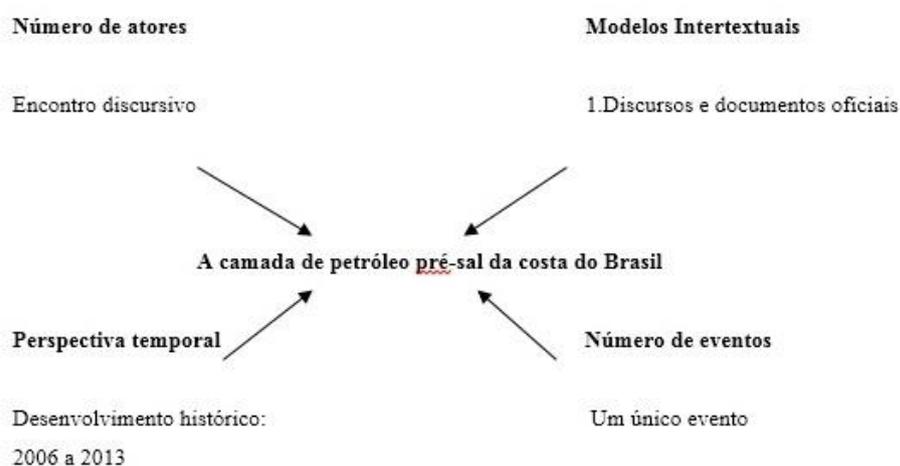
⁴ Remonta-se nesse ponto a uma concepção hobbesiana, do cuidado da conservação própria que é fim último e designo dos homens (HOBBES. 1974). A securitização, nesse sentido é um processo relacionado à manutenção da vida justamente por definir-se primordialmente pela constatação de uma ameaça existencial.

primeiro componente, é necessário que o objeto colocado como ameaçado legitime o discurso de construção dessa situação, percebendo-se existencialmente ameaçado. Concomitantemente o ser ameaçado deve perceber também a fonte desse risco existencial. Em segundo plano, por consequência do primeiro passo, um processo de securitização bem sucedido deve gerar uma ação, ou ações emergenciais, que busquem eliminar a ameaça percebida. Esta adoção de medidas emergenciais, por sua própria essência, tende a priorizar a questão securitizada na agenda nacional, legitimando a quebra de regras, definida como terceiro passo do processo de securitização. Entendendo que é a própria existência do ser que dá sentido à criação e à manutenção das regras – essas, em teoria, instituídas para a própria preservação da vida – nada mais legítimo do que o desrespeito a uma regra que caso mantida descaracterizaria sua própria razão de existir.

Nesse processo, o discurso se insere enquanto um elemento essencial e estruturante ao se considerar à estrutura retórica específica que singulariza a securitização, através da qual uma questão é apresentada enquanto algo digno de prioridade extrema. Segundo os autores, o processo de securitização é, em suma, aquilo convencionalmente entendido enquanto um ato de fala (BUZAN; WAEVER; WILDE. 1998). Destarte, entendendo securitização enquanto um processo socialmente construído e marcado pela intersubjetividade (BUZAN; WAEVER; WILDE. 1998), os autores destacam ainda a superficialidade do senso comum de que quanto mais segurança, ou o quão mais securitizada uma questão, mais beneficiada seria a população. A crítica é feita no sentido de que a quebra indiscriminada de regras geraria em última instância um cenário de insegurança. O fato dos autores classificarem o processo enquanto algo intersubjetivo se dá uma vez que se considera a existência de limites sociais do que poder vir a ser securitizado, ainda que esses limites sejam passíveis de mutação. Assim, essa perspectiva considera a existência de agentes e fatores materiais, a despeito do papel essencial e definidor do discurso na vida social. Todavia, reiterando o raciocínio, se destaca a importância menor dessas limitações materiais. Mesmo frente à existência de limites sociais, o fato de uma questão politizada ou não-politizada tornar-se um evento de segurança, não repousa necessariamente na existência da ameaça, mas sim na apresentação e legitimação discursiva da ameaça.

Partindo da crença de que o ato de vincular e de diferenciar discursos fornece as ferramentas metodológicas para realização de uma análise, Hansen (2006) propõe um modelo de organização para a análise de discurso, doravante AD. Tal ferramenta

metodológica compreende a definição de quatro variáveis que orbitam entorno do tema de estudo escolhido, norteando à pesquisa. Tais variáveis são obtidas a partir de certos questionamentos. Primeiramente, investiga- qual é o número de atores envolvidos na realização dos objetivos pesquisa. Pode-se contemplar um ator isolado ou um conjunto de emissores do discurso, inseridos no contexto de um evento específico ou de um encontro discursivo – baseado na comparação entre os processos de construção dos discursos de partes distintas. Na sequência, define-se quais são os modelos intertextuais adotados, ou seja, se a pesquisa se dedicará marcadamente a discursos oficiais, a debates amplos ou a um escopo que contemple discussões periféricas. Em seguida, para a obtenção da terceira das variáveis, decide-se qual será o número de eventos relacionados ao tema, podendo dizer respeito tanto a eventos unitários quanto a eventos múltiplos – esses últimos relacionados por uma perspectiva temporal ou por um assunto comum. Finalmente, delimita-se o recorte temporal adotado, que pode tratar-se de um momento histórico, da comparação entre momentos ou ainda de um processo considerado histórico. Dessa maneira, para o tema do pré-sal da costa brasileira, elege-se o estudo de materiais provenientes de múltiplos autores, localizados no contexto de um encontro discursivo entre *selfs* – sobretudo Palácio do Planalto, Ministério da Defesa e Forças Armadas do Brasil. Naquilo que concerne ao modelo intertextual, ao número de eventos e à perspectiva temporal, define-se o direcionamento para discursos oficiais brasileiros localizados no desenvolvimento temporal de 2006 a 2013, acerca de um evento único, a camada do pré-sal da costa brasileira. A escolha do primeiro dos modelos intertextuais ocorre na medida em que a autora define que uma pesquisa nesses moldes busca identificar as construções de identidade dentro de um discurso oficial, além de analisar o modo como as estruturas intertextuais estabilizam o discurso.



Modelo 1: Modelo de organização da pesquisa para análise de discurso adaptado
Fonte: HANSEN. 2006: 81.

O Modelo de organização da pesquisa para análise de discurso adaptado sustenta e organiza a análise dos discursos e dos documentos realizada. A realização das análises sugere a interpretação de uma quebra de regras que caracterizaria a questão da camada brasileira do pré-sal como um tema de segurança, nos termos colocados pelos critérios utilizados.

3. O tema do pré-sal da costa brasileira em discursos nacionais

Em discurso proferido no ano 2008 pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, durante a emblemática cerimônia de celebração da coleta do primeiro óleo da camada do pré-sal brasileiro, certas mobilizações e estratégias discursivas podem ser destacadas. A representatividade de tais elementos destacados é potencializada pelo fato de que o texto diz respeito a um dos primeiros discursos presidenciais eminentemente acerca do tema da camada. O trecho, “Eu queria, companheiros, dizer para vocês que mais do que nunca podemos dizer que a soberania do nosso país chegará ainda mais forte aos que vierem depois de nós.” (LULA. 2008), alude a uma vinculação da questão do pré-sal ao tema da soberania nacional. Tal relação pode ser interpretada, nos termos de Schmitt (1992), como uma estratégia de mobilização de prerrogativas e de possibilidades relacionadas ao tema da soberania, em paralelo ao trato de um tema de fonte energética. O uso dessa estrutura em um momento de grande atenção do público e da mídia vem no sentido de projetar um futuro de um Brasil *mais forte*, a partir do usufruto das possibilidades políticas e econômicas especuladas após a descoberta do pré-sal brasileiro. Como reforça um trecho de um discurso posterior de Lula, “Nós não sabemos ainda tudo o que tem lá embaixo, nós não sabemos o que vamos enfrentar de adversidades para poder explorar esse petróleo” (LULA. 2009). Além de buscar legitimar discursivamente um fortalecimento da soberania nacional impulsionado pelo pré-sal, ainda é possível interpretar nos discursos do ex-presidente uma construção indireta da necessidade desse fortalecimento frente às incertezas ou *adversidades*. Tais adversidades poderiam ser entendidas como consequências de um ambiente externo belicoso que abriga potenciais ameaças oriundas da cobiça pela nova fonte de riqueza natural.

O estilo discursivo utilizado por Lula desde a primeira das suas falas relacionados ao tema inaugura o tom discursivo que o Palácio do Planalto adotará tanto durante o seu

governo quanto no período analisado do governo Dilma, que se baseia sobretudo na justaposição entre soberania e o tema do pré-sal. Tal estratégia é colocada destacadamente na maneira como discurso e não-discurso constroem intersubjetivamente à ameaça externa ao bem natural, velando e contornando temas sensíveis. Em discursos da sucedânea mandatária, Dilma Rousseff, é perceptível a manutenção e o uso da mesma estratégia de vinculação discursiva.

A fabulosa riqueza que jazia nas profundezas dos nossos mares, agora descoberta, começa a despertar. Desperta trazendo mais recursos, mais emprego, mais tecnologia, *mais soberania* e, sobretudo, mais futuro para o Brasil e para todos os brasileiros e brasileiras. (ROUSSEFF. 2013, grifo nosso)

Seguindo a mesma tendência dos discursos de Lula, de manutenção da estabilidade textual através da supervalorização do pré-sal em paralelo à justaposição do termo soberania, Dilma enfatiza já em 2013 o tema enquanto uma *fabulosa riqueza*. Na continuação, a presidenta coloca através do não discurso outra questão observada recorrentemente nas análises realizadas, a de que se subtende que um aumento da soberania é algo sempre desejável por todos os segmentos da sociedade.

Ainda no discurso de Lula da cerimônia alusiva à coleta do primeiro óleo da camada, além de projeções e expectativas Lula discorre em diversos trechos a partir da articulação entre o tempo presente, momento da pronúncia do discurso, e o passado histórico brasileiro. O episódio da descoberta do pré-sal é colocado de modo a relacioná-lo com o passado nacional, elevando-o também a condição de um evento de grande relevância histórica, alinhavado por uma sucessão de outros momentos ímpares que sedimentam a identidade nacional.

Se analisarmos corretamente os momentos de alegria, vamos ver que a história do petróleo no Brasil tem alguns momentos marcantes. O primeiro deles foi em 1939, em Lobato, na Bahia, quando se descobriu o primeiro petróleo brasileiro, quando Getúlio Vargas era presidente. A Petrobras só foi criada em 1953, praticamente 14 anos depois... Já tinha saído da Presidência da República em 1945. De 1946 a 1950 tivemos outro presidente da República, e precisou voltar Getúlio, 14 anos depois, para decidir, um ano antes de se matar, criar a Petrobras. Este foi o segundo grande momento. Possivelmente daqui a um ano a gente esteja já tirando em grande escala e perfurando outros poços. Se tudo isso acontecer, estaremos dando um salto extraordinário na história deste país. (LULA. 2008)

Tal estratégia – que resgata elementos como a liderança carismática de Getúlio e o episódio de sua polêmica morte, assim como a criação da empresa Petrobras– é articulada na intenção de estabilizar o discurso da necessidade de proteção do pré-sal a partir da criação de um senso de continuidade histórica e de supervalorização do presente e das perspectivas futuras. O mesmo raciocínio é verificado ainda no trecho “Primeiro, quero

dizer para vocês sobre a *dimensão histórica*, carregada de *emoção*, de estar segurando na mão uma amostra de barril de petróleo tirada de mais de 4 mil metros de profundidade.” (LULA. 2008, grifo nosso). Lula neste trecho valoriza o evento, atribuindo-o importância através do uso de termos como *dimensão histórica* e *emoção*. Nesse sentido, ambas as construções buscam despertar no público o sentimento comum de parte componente de um acontecimento sem precedentes, digno de respaldo histórico.

Outro relevante momento do mesmo discurso de Lula se trataria da última passagem, na qual o orador afirma que “portanto, renova-se aqui, hoje, o compromisso de solidariedade nacional, *legado das gerações que nos antecederam*. *O petróleo é nosso*, ele é e será de todos os brasileiros e brasileiras, e porque será de todos, *vai mudar definitivamente a face social do nosso país*.” (LULA. 2008, grifo nosso). Considerando que é geralmente no fim de um discurso o momento no qual se lança a ideia de maior impacto ou efeito – ou seja, quando se profere a passagem que a audiência tende a manter de modo mais claro e delineado na memória – o trecho supracitado pode ser entendido como outra estratégia voluntariamente mobilizada. Primeiramente destaca-se o uso da emblemática frase *O petróleo é nosso*. Tal frase conquistou grande alcance popular, ainda na década de 1940, após haver sido utilizada pelo então presidente Getúlio Vargas, no ensejo da divulgação da descoberta de petróleo no recôncavo baiano. Dessa maneira, introduzindo a frase de Getúlio em referência a um *legado das gerações que nos antecederam*, Lula eleva o momento do seu discurso, equiparando-se e vinculando-se ao episódio do discurso de Getúlio, novamente remetendo a episódios prévios da história nacional. Nesse sentido, o ex-presidente busca fortalecer o senso de coesão social em torno da identidade nacional, através do estímulo a um sentimento de continuidade de um trabalho iniciado previamente pelos grandes líderes brasileiros. Do mesmo modo, o ex-presidente resgata uma estratégia discursiva empregada anteriormente com grande sucesso – lema da dita Campanha brasileira do petróleo.

Em adendo, durante as celebrações do dia da independência do país do ano de 2009, o então mandatário brasileiro afirma em discurso oficial,

Queridas Brasileiras e Queridos Brasileiros, *É comum que o 7 de setembro sirva para a gente enaltecer o passado e pensar o presente. Desta vez é diferente: este é o 7 de setembro do Brasil festejar o futuro. Esta nova independência tem nome, forma e conteúdo. Seu nome é pré-sal; seu conteúdo são as gigantescas jazidas de petróleo e gás descobertas nas profundezas do nosso mar.* (LULA. 2009, grifo nosso)

O trecho selecionado demonstra a consciência daquele que elabora o discurso da importância de se estabilizar o tema, para que medidas excepcionais amparadas pela questão do pré-sal, possam vir a ser legitimadas. Como ilustrado nas duas passagens supracitadas, é adotada a estratégia da utilização de vocativos no intento de enfatizar certas ideias, despertando a atenção do ouvinte. Na continuação, fazendo uso novamente de vocativos, é colocado um trecho de grande relevância para caracterização da securitização do pré-sal, a construção discursiva da ameaça externa e de uma situação de emergência. “*Minhas amigas e meus amigos, o que deve fazer um povo livre, responsável e soberano ao receber tamanha dádiva de Deus? Garantir que esta riqueza não escape de suas mãos.*” (LULA. 2009, grifo nosso). Caracterizar a necessidade de *Garantir que esta riqueza não escape de suas mãos*, pressupõe uma posse sob ameaça, no caso uma ameaça externa, já que o pré-sal é reiteradamente construído enquanto uma riqueza de todos os nacionais.

A continuidade da abordagem discursiva de Lula, ou de modo mais amplo do Palácio do Planalto, é percebida logo no discurso de posse da presidenta Dilma, que já dedica algumas passagens para o assunto do petróleo, o que certamente indica a preocupação deliberada de manter o trato discursivo para com a questão. “O grande agente dessa política foi e é a Petrobras, símbolo histórico da *soberania brasileira* na produção energética e do petróleo. (ROUSSEFF. 2011, grifo nosso). Também em discurso de celebração de posse da diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Magda Chambriard, é possível encontrar outros exemplos de continuidade do tom discursivo, “Eu acho também que a atuação da ANP, ela vem se caracterizando cada dia mais pelo engajamento de todo o país na *defesa de sua soberania*.” (ROUSSEFF. 2012), novamente a vinculado ao tema da soberania.

Naquilo que concerne ao modo como o tema da camada do pré-sal é colocada em documentos oficiais do governo brasileiro, destaca-se primeiramente um trecho do Plano plurianual 2012-2015, publicado em 2011 pelo Ministério do planejamento, orçamento e gestão, já sob o governo Dilma. Segundo o mesmo

A fronteira marítima e a plataforma continental também apresentam *novos desafios à integridade e à soberania do Brasil*: o contrabando, o tráfico de drogas, a pirataria e o terrorismo internacional requerem soluções mais imediatas; a fiscalização do transporte marítimo brasileiro e a *proteção dos campos marítimos de produção de petróleo e gás natural ganharam mais importância devido às recentes descobertas na área do pré-sal*. (PLANO PLURIANUAL. 2011: 85, grifo nosso)

A passagem *novos desafios à integridade e à soberania do Brasil*, vincula-se aos discursos presidências acerca do tema, regatando termos que já gozam de certa

estabilidade, por sua presença em textos oficiais desde o ano de 2008. Tal vinculação se mantém ainda nos textos de 2013, sob a gestão de Dilma, como ilustra a passagem “As etapas de viabilização do pré-sal têm acumulado, até agora, grandes vitórias. *As etapas futuras vão trazer, sem dúvida, novos desafios.* Mas eu tenho certeza que o Brasil responderá à altura.” (ROUSSEFF. 2013, grifo nosso). O Plano Plurianual (2011), na mesma passagem destacada acima, reitera no trecho *a proteção dos campos marítimos de produção de petróleo e gás natural ganharam mais importância devido às recentes descobertas na área do pré-sal*, a intenção constante de construção da necessidade de proteção da rede de petróleo, de uma ameaça externa posta de maneira subjetiva, sobretudo a partir das descobertas da camada, oficializada em 2006.

É possível sugerir que é somente naqueles âmbitos ligados mais diretamente a defesa nacional, que o Palácio do Planalto altera a sua conduta de um modo mais marcado, orientando-se para um posicionamento mais claro e incisivo na construção da camada do pré-sal enquanto um tema de segurança. Deixando de adotar a sua corrente postura, pautada pelo discurso pacífico e pelas estratégias de construção subjetiva e indireta da ameaça externa, é possível encontrar logo nas primeiras páginas do Livro Branco da Defesa Nacional Brasileira (2012), em trecho da mensagem presidencial, exemplos desse sintoma.

O Brasil comprovou, na última década, que crescimento e inclusão social devem se reforçar mutuamente. *Devemos proteger nossas grandes riquezas* que, além de indústrias, agricultura, minérios ou *pré-sal*, são compostas pelos *milhões de brasileiros que têm o poder de nos transformar em uma grande nação.* (LIVRO BRANCO. 2012: 7, grifo nosso)

Ainda que seja notável o zelo do Palácio em construir o discurso da necessidade de defesa através da valorização do componente humano, ou seja, enfatizando os *milhões de brasileiros que têm o poder de nos transformar em uma grande nação*, é claro a construção da assertiva do pré-sal como uma grande riqueza que deve ser protegida de algo ou de alguém externo ao Brasil. Nesse sentido a construção da ameaça, ou no caso presente caso a construção da necessidade de *proteger nossas grandes riquezas*, pode ser ainda vista como uma manifestação de um processo de construção intersubjetiva que constrói o perigo, uma vez que perigo não é uma condição objetiva e a periculosidade de um fenômeno não se configura independentemente da percepção dos atores envolvidos (CAMPBELL. 1998). Cabe destacar que tal referência ao pré-sal é ainda mais relevante quando consideradas duas outras observações. A presença de tal passagem ocorre em um texto de mensagem presidencial bastante enxuto e objetivo, pouco menos de uma página, o

que indicaria a importância que é atribuída ao tema e a necessidade de sua menção; assim como a importância estratégica e política do documento que a mensagem introduz.

Em entrevista à rede Band News, a partir da menção de um trecho também retirado da mensagem presidencial do livro Branco da Defesa Nacional – segundo o qual "um Brasil plenamente desenvolvido e com presença externa cada vez maior necessitará de adequada capacidade militar dissuasória (LIVRO BRANCO. 2012: 7) – Celso Amorim, então Ministro da Defesa do Brasil, é questionado sobre o significado da ideia de capacidade dissuasória. Segundo o ministro

o Brasil é dono de *recursos naturais cada vez mais cobiçados*, água, capacidade de produção de alimentos, energia, *sobretudo o petróleo pré-sal*. Então você não pode excluir que haja situações, mesmo sem guerra de conquista, nem nada disso, conflito, digamos, entre terceiros países, e algum deles venha a se interessar pelos nossos recursos, ou diante de uma crise energética, ou uma crise de outro recurso natural, alimentar, como já houve uma crise da falta de água doce, se anuncia para o futuro, *que haja cobiça, que haja tentativa de colocar mão aqui no que é nosso*. (AMORIM. 2012, grifo nosso)

Trabalhando o espaço intertextual no qual se localizam a fala do Ministro e a mensagem presidencial de Dilma, a questão trabalhada é novamente colocada enquanto um bem natural de posse nacional, *cada vez mais cobiçado*. Ainda que se sobressaia o tom pacífico e amistoso, constrói-se reiteradamente a necessidade de proteção do recurso do pré-sal frente à existência ou possibilidade de cobiça externa. Nesse sentido, cria-se uma fonte de ameaça como uma entidade externa, virtual e anônima, interessada no mais novo recurso natural do país; contra a qual o Brasil deve se proteger.

A construção da legitimidade da soberania nacional a partir de indicações indiretas e subjetivas acerca da existência de ameaças externas, ganha força e propriedade quando considerados os discursos do Palácio do Planalto em paralelo aos materiais provenientes de setores ligados às Forças Armadas do Brasil. Nesse âmbito específico se destacam aquelas construções textuais marcadas por sua vez pela elaboração direta e incisiva da necessidade de proteção naquilo que se refere ao tema da camada do pré-sal. O modo como os discursos do Planalto respaldam os textos provenientes dos âmbitos militares brasileiros – como ocorre em naqueles textos diretamente relacionados com a dimensão da defesa nacional, como no caso do Livro Branco (2012) – pode ser visto, por exemplo, no discurso da presidenta Dilma em uma cerimônia de apresentação de Oficiais-Generais brasileiros. O ensejo foi marcado pela presença do Ministro da Defesa e do Vice-presidente, além de vários jornalistas e representantes militares. A oradora, logo ao princípio do discurso, resgata a mesma ideia de *novos desafios*, que vem sendo empregada

nos discursos oficiais relacionados à questão do pré-sal, dessa vez através da ideia de *novas tarefas*. “Esta promoção ocorre em um momento em que *novas tarefas* se apresentam às nossas Forças Armadas.” (ROUSSEFF. 2012, grifo nosso). Na continuação, Dilma profere uma passagem que vai ao encontro da hipótese defendida acerca da trajetória comportamental do Palácio do Planalto frente aos setores ligados as Forças Armadas do Brasil.

A proteção ao patrimônio de nosso país, do qual as linhas de transmissão, as hidrelétricas e o pré-sal são um exemplo, é uma tarefa estratégica para o presente e o futuro do Brasil, que cabe a todos nós e, em especial, às Forças Armadas. Somos e continuaremos a ser um país pacífico, que respeita a soberania das outras nações, que vive em paz com elas e que preza suas boas e frutíferas relações com os nossos vizinhos há mais de 140 anos. Mas sabemos que a capacidade dissuasória do Brasil é fundamental para a continuidade desse cenário de paz e de respeito mútuo. (ROUSSEFF. 2012, grifo nosso)

A necessidade de proteção do patrimônio da camada do pré-sal é dessa vez colocada como uma *tarefa estratégica* que compete especialmente as Forças Armadas. Em adendo, destaca-se novamente a defesa da necessidade de uma *capacidade dissuasória* eficaz.

Uma vez que tal terreno semântico vem sendo construído pelo Palácio desde o ano de 2008, os discursos provenientes de âmbitos militares encontram mais respaldo e estabilidade textual. Um emblemático exemplo do estilo discursivo adotado pelos discursos da alta hierarquia militar brasileira e setores afins se trata da palestra proferida pelo Almirante-de-Esquadra, Julio Soares de Moura Neto, no contexto do seminário intitulado *Perspectiva Brasileira de Segurança*, ocorrido em Brasília no ano de 2012 e disponível *online*. Na palestra, denominada *Defendendo o pré-sal*, o Almirante-de-Esquadra, ressalta-se que

Ele (o Plano Estratégico da Marinha) prevê algumas *vulnerabilidades estratégicas que nós já tínhamos identificado no Atlântico Sul*, a primeira é a *concentração da produção de petróleo no mar, sem um sistema de defesa eficaz*, é uma vulnerabilidade do nosso país, e outra, a *concentração de grandes cidades e do sistema produtivo e energético – caímos novamente nos recursos naturais - próximos ao litoral, os quais podem ser ameaçados por armamento lançado do mar*⁵

O contexto de ameaça existencial é construído a partir da utilização do discurso de *vulnerabilidades estratégicas* do Brasil, sobretudo no caso da *concentração da produção de petróleo no mar, sem um sistema de defesa eficaz*. Ou seja, afirma-se que uma vez que o petróleo, no caso o pré-sal, está vulnerável, é preciso desenvolver um sistema de defesa

⁵ Trecho transcrito da palestra *defendendo o pré-sal*, proferida pelo Almirante-de-Esquadra, Julio Soares de Moura Neto, no seminário *Perspectiva Brasileira de Segurança*, em Brasília-DF, em 02 de junho de 2010.

adequado. Já no contexto das ações emergenciais que vêm sendo adotadas com relação à questão, o militar afirma que “Foi estabelecida pela autoridade marítima uma área em torno da bacia de Campos que se chama área a ser evitada (*trecho inaudível*) área próxima à plataforma a ser evitada⁶”. Em adição,

Nós criamos um sistema que vem sendo implantado aos poucos, que é o sistema de gerenciamento da Amazônia Azul (...) ele vai abranger toda a área da Amazônia Azul, que 4,5 de quilômetros quadrados, e ele tem o propósito de procurar tudo que estiver ligado ao mar, dentro da nossa Amazônia Azul, e assim nós podemos garantir nossos interesses, podemos garantir nossa soberania (...) A nossa soberania está garantida nessa área vital.⁷

Nesse sentido, o referido sistema de gerenciamento pode ser também entendido como uma medida excepcional para *garantir a soberania* do Brasil na dita *área vital*. O militar ainda reproduz a estratégia de vinculação e justaposição do tema do pré-sal com o da soberania nacional, frequentemente adotada nos discursos oficiais internos. Finalmente, também no contexto das medidas emergenciais que vem sendo empregadas para a defesa do pré-sal, elenca-se,

O Plano de Articulação e Equipamento da Marinha, que tem como prioridade o aparelhamento da Marinha e a implantação do sistema de gerenciamento da Amazônia Azul, e ele vai permitir que a Marinha cumpra todas as atividades ligadas a segurança marítima e de defesa da nossa Amazônia Azul, aí incluída a bacia do pré-sal.⁸

A mesma linha discursiva adotada na palestra supracitada é também percebida em documentos do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra do Brasil (CEE). Na apresentação de uma das edições do Caderno de Estudos Estratégicos do CEE, o então General-de-Exército e Comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), José Benedito de Barros Moreira, coloca que

No primeiro, datado de 25 de fevereiro de 2004, o então Comandante da Marinha destacava que o Brasil pode usufruir economicamente, no mar, de uma área equivalente a mais da metade do território nacional. Uma outra Amazônia, cita o Almirante, “cuja existência é, ainda, tão ignorada por boa parte dos brasileiros quanto o foi aquela por muitos séculos. Trata-se da “Amazônia azul”, que, maior do que a verde, é *inimaginavelmente rica*. Seria, por todas as razões, *conveniente que dela cuidássemos antes de perceber-lhe as ameaças*” (CADERNO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. 2007: 9, grifo nosso)

⁶ Trecho transcrito da palestra *defendendo o pré-sal*, proferida pelo Almirante-de-Esquadra, Julio Soares de Moura Neto, no seminário *Perspectiva Brasileira de Segurança*, em Brasília-DF, em 02 de junho de 2010.

⁷ Trecho transcrito da palestra *defendendo o pré-sal*, proferida pelo Almirante-de-Esquadra, Julio Soares de Moura Neto, no seminário *Perspectiva Brasileira de Segurança*, em Brasília-DF, em 02 de junho de 2010.

⁸ Trecho transcrito da palestra *defendendo o pré-sal*, proferida pelo Almirante-de-Esquadra, Julio Soares de Moura Neto, no seminário *Perspectiva Brasileira de Segurança*, em Brasília-DF, em 02 de junho de 2010.

No trecho selecionado o Comandante da ESG, ao fazer uso da intertextualidade a partir da referência a outra fala, constrói a camada do pré-sal como um elemento *inimaginavelmente rico* que deve ser preservado mesmo antes da constatação de ameaças. Contraditoriamente, ao colocar que a camada deve ser protegida mesmo em um cenário de não-ameaça, acaba-se ao final por legitimar e estabilizar a existência de um agente externo que representa perigo. O argumento é reforçado por outros dois trechos da mesma apresentação, segundo os quais, “Dentro desta linha de pensamento esguiana, é conveniente lembrar que riqueza atrai cobiça” (CADERNO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. 2007: 11) e “portanto, essa extensa Amazônia Azul necessita ser protegida. Protegida por uma Marinha com dimensões compatíveis com as riquezas que tem a proteger.” (CADERNO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. 2007: 11). Assim, além de construir a ameaça, o texto do Comandante respalda a execução de medidas emergenciais naquilo que compete a uma maior capacitação da marinha brasileira.

3.1 O pré-sal na Política de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa

A Política de Defesa Nacional (PDN) é um dos mais relevantes textos oficiais do planejamento estratégico governo brasileiro, naquilo que concerne à proteção dos interesses internos frente a ameaças externas. O documento foi produzido pelas Forças Armadas brasileiras e posteriormente aprovado e publicado pelo Presidente da República sob a forma do decreto nº 5.484, em 30 de junho de 2005, segundo o qual

A Política de Defesa Nacional voltada, preponderantemente, para ameaças externas, é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional. (BRASIL. 2005)

Em contrapartida, a Estratégia Nacional de Defesa, END, orienta-se marcadamente para o alinhamento do Estado brasileiro na esfera doméstica, frente à inserção internacional do Brasil. Além de ter sido também aprovada e publicada pelo Presidente da República sob a forma de decreto, a END foi elaborada a partir de uma colaboração entre diversos setores nacionais, a saber: um comitê ministerial estabelecido para tal; consultorias a cidadãos nacionais especializados no tema da defesa; assim como através de contribuições dos três Comandantes das Forças Armadas do Brasil. A END, publicada enquanto um documento bastante mais volumoso do que a PDN, é gerada enquanto um complemento a PDN que tem por finalidade definir ações estratégicas de

médio e longo prazo através de mobilizações internas das Forças Armadas na promoção da defesa brasileira. Segundo o decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008,

A Estratégia Nacional de Defesa é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. Trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua “grande estratégia” e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Aborda, também, problemas propriamente militares, derivados da influência dessa “grande estratégia” na orientação e nas práticas operacionais das três Forças. (BRASIL. 2008)

A relevância de ambos os documentos é plausível na medida em que a análise dos documentos permitiria uma compreensão mais ampla acerca do modo como o governo formula discursivamente suas práticas com relação aos temas da segurança e da defesa nacional. Segundo o texto oficial

1.4 Para efeito da Política de Defesa Nacional, são adotados os seguintes conceitos:

I – Segurança é a *condição* que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;

II – Defesa Nacional é o *conjunto de medidas e ações do Estado*, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. (PDN. 2005)

Destarte, o tema do pré-sal – por ser reiteradamente colocado nos discursos nacionais enquanto uma matéria sob ameaça e cobiça externa enquadrar-se-ia plenamente naquilo considerado enquanto uma questão de Segurança e de Defesa Nacional. O próprio fato de caracterizar o conceito de segurança como uma condição de preservação, livre de qualquer forma de pressão externa, conjura um cenário ideal; afinal, é possível interpretar que os Estados estão inseridos em uma conjuntura marcada pelas pressões externas e pela possibilidade de ameaça. Assim, o conceito já garante um solo fértil sobre o qual eventuais processos de securitização podem ser realizados com mais estabilidade. No caso da Defesa Nacional, que é por sua vez caracterizada como um *conjunto de medidas* e não como uma *condição*, legitima-se a possibilidade de medidas excepcionais ou de expressões militares na manutenção daquilo que se constrói discursivamente como um interesse nacional. Outro ponto a ser destacado nesse segundo conceito é o fato do documento não restringir defesa ao âmbito militar, localizando-se na discussão acerca da ampliação do conceito de segurança após a Guerra Fria⁹.

⁹ A oficialização de um discurso que contempla as ditas novas nuances da segurança pode ser claramente verificada no trecho “1.3 Gradualmente, o conceito de segurança foi ampliado, abrangendo os campos

Ainda no contexto da PDN, é relevante observar que mesmo que em 2005, ano da sua publicação, a descoberta da camada do pré-sal não havia sido oficializada ou tornada pública, o documento versa objetivamente acerca do trato a ser dado às questões relacionadas com a defesa dos recursos naturais. Mais especificamente, a PDN pondera certas diretrizes na preservação daquilo tratado como Amazônia Azul¹⁰. A EDN, publicada por sua vez após a divulgação da camada do pré-sal, está alicerçada sobre o texto da PDN e fecunda um discurso estável acerca da necessidade de defesa do pré-sal brasileiro. Exemplificando a construção dessa amálgama textual da PDN, que virá a estabilizar o trato discursivo com relação ao pré-sal, pode-se considerar um trecho do tópico intitulado, *O ambiente internacional*, segundo o qual “Neste século, poderão ser intensificadas disputas por *áreas marítimas*, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce e de energia, cada vez mais escassas. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos, configurando quadros de conflito” (PDN. 2005, grifo nosso). Ou seja, já articulando o tema das *áreas marítimas* o documento começa a tangenciar a possibilidade de estabelecimento de um quadro de conflito no âmbito dos recursos naturais brasileiros. O mesmo processo de criação de sentido pode ser verificado também no trecho “Países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo podem tornar-se objeto de interesse internacional.” (PDN, 2005).

Como exemplifica outro trecho da palestra Almirante-de-Esquadra, abordada em tópico anterior, a estabilização semântica da existência de cobiça externa e da necessidade de proteção pode também ser extraída no texto da EDN. Nas palavras do orador,

E ele prevê (o documento da END) que ‘Diante de eventual degeneração do quadro internacional, o Brasil e suas Forças Armadas deverão estar prontos para tomar medidas de resguardo do território, das linhas de comércio marítimo e plataformas de petróleo e do espaço aéreo nacionais. As Forças Armadas deverão, também, estar habilitadas a aumentar rapidamente os meios humanos e materiais disponíveis para a defesa. Exprime-se o imperativo de elasticidade em capacidade de mobilização nacional e militar.’ E diz também que cabe a Marinha a *defesa proativa das plataforma petrolíferas*¹¹.

político, militar, econômico, social, ambiental e outros. Entretanto, a defesa externa permanece como papel primordial das Forças Armadas no âmbito interestatal.” (PDN. 2005)

¹⁰ A área marítima ao redor da costa brasileira que totaliza cerca de 4,0 milhões de quilômetros quadrados.

¹¹ Trecho transcrito da palestra *defendendo o pré-sal*, proferida pelo Almirante-de-Esquadra, Julio Soares de Moura Neto, no seminário *Perspectiva Brasileira de Segurança*, em Brasília-DF, em 02 de junho de 2010.

A ideia de *defesa proativa das plataformas petrolíferas*, presente na END e trabalhada de maneira intertextual pelo Almirante-de-Esquadra, ganha significado e estabilidade a partir da ideia de *interesses nacionais* oficializada na PDN. “O emprego das Forças Armadas poderá ocorrer de diferentes formas, de acordo com os *interesses nacionais*.” (PDN, 2005, grifo nosso). Ou seja, a defesa proativa da cadeia produtiva do petróleo da costa brasileira, no caso da camada do pré-sal, ganha legitimidade sob a alcunha de interesse nacional; tendo em vista que não se define de modo claro os limites daquilo que pode ser caracterizado enquanto um interesse da nação.

Havendo sugerido a importância da defesa dos recursos naturais e já estabilizando seu discurso, a PDN busca ao longo do texto versar mais especificamente sobre o tema da Amazônia Azul. No tópico denominado *O Brasil*,

4.3 O planejamento da defesa inclui todas as regiões e, em particular, as *áreas vitais* onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e *vulnerabilidade* de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima. (PDN, 2005).

Primeiramente, cabe destacar a utilização do termo *área vital* que é amplamente utilizado nos discursos nacionais acerca do pré-sal, sobretudo naqueles originados no espaço das Forças Armadas¹². Na continuação, atribui-se diretamente prioridade a região do Atlântico Sul¹³, onde posteriormente confirma-se a existência de reservas de pré-sal e de gás natural, em paralelo a ideia de *vulnerabilidade*. Nesse sentido, ainda é possível especular a possibilidade de que as lideranças governamentais e os produtores do texto já especulavam a existência da camada do pré-sal. O argumento encontra sustentação em trecho posterior, o qual versa acerca da proposta de levantamento da plataforma continental brasileira.

A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar permitiu ao Brasil estender os limites da sua Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição sobre os recursos econômicos em uma área de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, região de vital importância para o País, uma verdadeira "Amazônia Azul". *Nessa imensa área estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, além da existência de potencial pesqueiro.* (PDN, 2005, grifo nosso)

Tal discurso de ampliação dos limites da plataforma continental, quando já articulado de modo intertextual com o tema do pré-sal, caracterizou um curso de ação que

¹² O referido termo é também encontrado de maneira recorrente nos discursos nacionais sob forma de *espaço vital*.

¹³ Como reforça o trecho ““Em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional” (PDN, 2005).

pode ser interpretado enquanto uma quebra de regra, nos termos de um processo de securitização.

Retornando ao documento da END, naquilo que concerne aos seus traços discursivos gerais, pode-se destacar trechos de relevância para o processo de construção da possibilidade de ameaça, como em “Porém, se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças” (END. 2008: 8). Novamente é legitimada uma capacitação da defesa nacional, entendida nos termos da PDN como uma série de práticas a serem adotadas, frente às especulações e possibilidades; as quais são por sua vez discursivamente construídas. Em consonância, o trecho a seguir estabiliza a reformulação de parâmetros e de diretrizes nos assuntos ligados ao mar territorial brasileiro, frente à existência de inimigos. “A negação do uso do mar ao inimigo é a que organiza, antes de atendidos quaisquer outros objetivos estratégicos, a estratégia de defesa marítima do Brasil.” (END. 2008: 20). A dita, *negação do uso do mar ao inimigo* é caracterizada em detalhes na sequência do texto oficial.

A negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas e a projeção de poder devem ter por foco, sem hierarquização de objetivos e de acordo com as circunstâncias:

- (a) defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas;
- (b) defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras;
- (c) prontidão para responder à qualquer ameaça, por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio;
- (d) capacidade de participar de operações internacionais de paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide das Nações Unidas ou de organismos multilaterais da região (END. 2008: 21)

Dentre as circunstâncias elencadas acima é interessante destacar a caracterização da *defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas*, enquanto uma das quatro prioridades definidas. Na continuação do texto, destaca-se o modo como a END busca justificar as diretrizes definidas a partir de vinculações textuais com o tema da identidade nacional,

A Nação brasileira foi e é um projeto do povo brasileiro; foi ele que sempre abraçou a idéia de nacionalidade e lutou para converter a essa idéia os quadros dirigentes e letrados. Este fato é a garantia *profunda da identificação da Nação com as Forças Armadas e destas com a Nação*. (END. 2008: 40, grifo nosso)

O trecho metaforiza um *povo brasileiro* que abraça uma nacionalidade compartilhada e luta por seus objetivos. Ao final, estimula-se ainda um senso de identidade entre o cidadão e o âmbito das forças armadas a partir do uso do termo *profunda da identificação*. Tal assertiva, de uma profunda identidade civil-militar, é colocada paradoxalmente a um cenário onde é possível identificar uma expressiva parcela do

público que reproduz o discurso de uma nação traumatizada pelos espólios do período de governo militar no Brasil, desvinculando assim Forças Armadas e o cidadão regular. Contudo, a despeito dessas considerações, é possível sugerir que tal artifício de criação de uma identidade comum é extremamente eficaz na estabilização do discurso do setor militar de criação da ameaça externa, frente à audiência civil.

3.2 A proposta de levantamento da plataforma continental brasileira

A fim de sugerir a existência de um processo de quebra de regras, no qual se insere o tema do pré-sal da costa brasileira, aborda-se primeiramente certos conceitos e contextualizações que tangenciam e orientam o evento. Segundo a publicação do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, *Plataforma Continental: a última fronteira da mineração brasileira* (2011), a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, CNUDM¹⁴, ratificada pelo Brasil em 1988, define e regulamenta: os espaços oceânicos; os limites da jurisdição nacional; o acesso aos mares; a navegação; a investigação científica; a proteção e preservação do ambiente marinho; e a exploração e conservação dos recursos biológicos, dos recursos minerais dos fundos oceânicos e de recursos não biológicos. De acordo com a CNUDM, a Zona Econômica exclusiva de um país costeiro, ZEE, é a região situada para além do mar territorial¹⁵ até o limite de duzentas milhas marítimas¹⁶. O conceito é relevante para a análise do tema aqui trabalhado, considerando-se que dentre os direitos que um Estado goza nos limites da ZEE estão o direito de exploração e de gestão de recursos naturais. Em adição, a CNUDM define no artigo 76, que a Plataforma Continental, PC, de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se projetam para além do seu mar territorial em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre. Tal prolongamento é considerado até o bordo exterior da margem continental, ou até a distância de duzentas milhas marítimas das linhas de base, como no caso da ZEE.

Vislumbrando a possibilidade de aumento da extensão dos limites da PC brasileira, fato plausível sob a autorização da CNUDM, o Estado brasileiro, através do

¹⁴ A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982) foi aprovada durante a II Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada em Montego Bay, na Jamaica. A convenção veio como um resultado dos nove anos de negociação realizadas entre centenas de países envolvidos.

¹⁵ Mar territorial é entendido pela CNUDM enquanto a faixa de mar adjacente que não pode exceder 12 milhas marítimas a partir das linhas de base – que são as linhas que delimitam a costa de um Estado, conforme indicado nas cartas náuticas.

¹⁶ A saber, 1 milha náutica ou milha marítima = 1.852 metros

Decreto nº 98.145 de 15 de setembro de 1989, lançou o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, LEPLAC, com o propósito de elaborar as diretrizes para formulação da proposta de aumento do limite exterior da PC nacional. Dessa maneira, em 2004 a proposta brasileira foi submetida para apreciação da CNDUM. Todavia, no ano de 2007, a Comissão emitiu um parecer que não autorizava o pleito brasileiro. O Governo brasileiro então, após o recebimento parecer negativo, optou pelo desenvolvimento de uma nova proposta com as mesmas aspirações de ampliação da PC.

Após a análise dos pareceres da Comissão e do governo brasileiro, bem como das publicações do Diário Oficial da União, DOU, posteriores a negação da proposta brasileira, identificou-se uma construção textual que pode vir a ser interpretada enquanto uma caracterização voluntária de uma situação emergencial seguida de uma quebra de regras. Tal medida excepcional diz respeito a uma resolução publicada no DOU em 03 de setembro de 2010 sob o nome do então Almirante-de-Esquadra e coordenador da Comissão de Limites da Plataforma Continental, CLPC, Julio Soares de Moura Neto, que autoriza a realização de pesquisa na PC para além do limite de duzentas milhas náuticas; a despeito do parecer desfavorável da ONU de 2007

ACOLHENDO a proposta da Subcomissão para o LEPLAC, na sua 57ª Sessão Ordinária, realizada em 20 de agosto de 2010, que deliberou sobre *o direito do Estado brasileiro de avaliar previamente os pedidos de autorização para a realização de pesquisa na Plataforma Continental brasileira além das 200 milhas náuticas*; resolve:

a) Aprovar a recomendação da Subcomissão para o LEPLAC, de que, *independentemente de o limite exterior da Plataforma Continental (PC) além das 200 milhas náuticas não ter sido definitivamente estabelecido, o Brasil tem o direito de avaliar previamente os pedidos de autorização para a realização de pesquisa na sua PC além das 200 MN*, tendo como base a proposta de limite exterior encaminhada à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), em 2004, e publicada na página eletrônica da ONU. (BRASIL. 2010, grifo nosso)

Alguns elementos da passagem devem observados com maior escrutínio. Primeiramente, o trecho *o direito do Estado brasileiro de avaliar previamente os pedidos de autorização*, resgata a noção do Estado brasileiro como uma entidade soberana. Na sequência, ao afirmar que *independentemente de o limite exterior da Plataforma Continental (PC) além das 200 milhas náuticas não ter sido definitivamente estabelecido*, a resolução utiliza estrategicamente o termo *não ter sido definitivamente estabelecido* como um eufemismo para *não ter sido autorizado*, como consta no parecer da Comissão, emitido em 2007. Do mesmo modo, a utilização de *realização de pesquisa* em lugar de *exploração de recursos*, busca suavizar os possíveis efeitos danosos advindos da adoção de

medidas excepcionais. Assim, a própria quebra de regra é lenida, evitando-se a produção de instabilidade com relação a um discurso nacional marcadamente pacífico que acata pareceres e convenções internacionalmente reconhecidos. Em adendo, destaca-se o fato de que o curso de ação adotado não foi amplamente difundido na mídia nacional, o que auxiliou o trato do tema enquanto uma movimentação que diz respeito somente ao Estado, aquele ator que goza da prerrogativa de decidir sobre a exceção (SCHMITT. 1992).

Considerando as análises de discurso realizadas anteriormente, em paralelo ao fato de que o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira se legitima eminentemente pelas descobertas do pré-sal brasileiro, é possível sugerir que houve nessa matéria uma quebra de regra, nos termos do colocados por Buzan, Waeber e Wilde (1998). Em consonância à tendência de construção da ameaça externa interpretada nos discursos e documentos analisados, o evento abordado caracterizaria um cenário de exceção, ou de ação emergencial, advindo de uma ameaça existencial. Nesse sentido, a ideia de ameaça existencial e de consequente necessidade de quebra de regra seria sustentada a partir do uso de certas estratégias discursivas que configuram a camada do pré-sal brasileiro enquanto um recurso natural vital para a manutenção do Estado brasileiro.

Naquilo que concerne ao compartilhamento do mesmo espaço intertextual entre o LEPLAC e o tema do pré-sal, resgata-se outro trecho de um dos discursos analisados, segundo o qual,

Hoje, o que nós temos de plataforma de petróleo está dentro das 200 milhas da zona econômica exclusiva, mas se notarem essa linha pontilhada aqui, isso é o chamado limite do sal, é onde se imagine que tenha petróleo no sal, e aí passa da linha das 200 milhas, daí a importância de nós vermos aprovadas na ONU, a nossa proposta de aumento da plataforma continental.¹⁷

Interessante observar que a palestra supracitada, além de ter sido proferida pelo mesmo militar de alta hierarquia que autoriza a oficialização da quebra de regra na resolução nº4, acontece praticamente dois meses antes da sua publicação no Diário. A partir do trecho destacado, corrobora-se a interpretação de que o curso de ação adotado é estimulado pelas especulações das lideranças nacionais acerca do pré-sal.

Em suma, interpreta-se a resolução publicada em 2010, enquanto uma relevante resultante de um processo de construção discursiva que vem sendo realizado desde a oficialização da descoberta da camada pré-sal em 2006, que vai ao encontro da hipótese de securitização do tema sugerida no presente artigo. Não obstante, é preciso reafirmar que a

¹⁷ Trecho transcrito da palestra *defendendo o pré-sal*, proferida pelo Almirante-de-Esquadra, Julio Soares de Moura Neto, no seminário *Perspectiva Brasileira de Segurança*, em Brasília-DF, em 02 de junho de 2010.

interpretação e análise do evento certamente não exaurem todas as implicações advindas do modo como a camada pré-sal vem sendo colocada nos discursos nacionais.

Conclusão

Avaliando o artigo à luz dos objetivos propostos, considera-se que as análises dos discursos e documentos realizadas sugerem que o tema da camada do pré-sal da costa brasileira vem sendo discursivamente construído enquanto um assunto de segurança; dito de outro modo, de acordo com os termos utilizados, o pré-sal brasileiro se insere em um processo de securitização. Tomando os discursos analisados como um todo, observou-se a existência de construções astuciosamente realizadas de modo a evitar e contornar possíveis instabilidades de sentido. Do mesmo modo, constatou-se a relevância de refletir acerca do modo como a variável do não-discurso se aplica aos textos analisados. Sem embargo, a investigação direcionou o estudo para interpretações inicialmente não previstas naquilo que concerne ao encontro discursivo ente os textos do Palácio do Planalto e das Forças Armadas do Brasil. Percebeu-se que a adoção de estratégias de construção de sentido ocorre de maneira distinta para cada um dos dois atores, ainda que ambos os discursos articulem-se em um mesmo espaço intertextual, agindo em prol da estabilização e da legitimação da securitização do tema. Sugere-se que, de um modo geral, enquanto o Palácio adota um discurso de tom mais pacífico, marcado por referências que remetem a episódios históricos prévios e mobilizações indiretas da ameaça externa, os setores militares constroem a questão da ameaça de maneira mais objetiva e incisiva. Interpreta-se que os discursos do Palácio, ainda que façam uso de estruturas discursivas menos claras, não deslegitimam a objetividade dos textos das Forças Armadas; na verdade, o Palácio respaldaria e sustentaria as construções textuais oriundas do âmbito militar brasileiro, delegando para esse setor os possíveis custos de uma construção incisiva da ameaça. Naturalmente, pode-se considerar que os custos de produção da ameaça seriam menores para as Forças Armadas, justamente tendo em vista que as mesmas gozam da reputação da construção da defesa. Em tal cenário, o Palácio preservaria o discurso que constrói a sua reputação e seu histórico de pacificidade.

Naquilo que se refere aos documentos analisados, marcadamente a PDN e a END, textos condicionantes da estratégia nacional, defende-se a representatividade de tais materiais na estabilização e na geração de sentido no discurso de securitização do pré-sal;

do mesmo modo que a vinculação do termo Amazônia Azul ao tema estudado é utilizada como uma estratégia discursiva de grande eficácia.

É relevante ainda reiterar a perene possibilidade de que um assunto seja discursivamente mobilizado como uma questão de segurança o que, como mostrado, pode vir a estabilizar a adoção de medidas excepcionais. Assim, resgata-se a noção de que

segurança é portanto um prática auto referenciada, porque é justamente nessa pratica que um assunto torna-se um temas de segurança – e não necessariamente porque uma ameaça existe na realidade, mas sim devido ao fato do assunto ser apresentado enquanto uma ameaça (BUZAN, WAEVER, WILDE. 1998: 24)¹⁸

Tendo em vista que o tema do pré-sal diz respeito à preservação e à exploração de um recurso natural, é interessante salientar o fato de que as questões climáticas e energéticas não se tratam exceções no campo da segurança. Todavia, por serem temas que geralmente fogem aos conceitos mais tradicionais da área, tais assuntos tenderiam a ser mais bem compreendidos por abordagens que admitem um conceito mais amplo de segurança (SIQUEIRA. 2010).

Do mesmo modo, no que concerne a inegável complexidade do tema estudado, é necessário atentar para o fato de que, uma vez que um determinado ator pode não ter suas intenções colocadas de modo claro, é plausível a verificação de manifestações discursivas ou cursos de ação contraditórios. Assim, nesse tipo de estudo é presente a possibilidade de constatação de cisões internas, sobretudo quando um ator coletivo é abordado, como no caso do Estado (KEOHANE; NYE. 2001). Sugerida a necessidade de se considerar a possibilidade de contradição na análise de discurso, convém entender que todo texto busca evitar oposições internas e é único e si. Entretanto, mesmo tratando-se de construções completas em si, as análises intertextuais tornam-se plausíveis na medida em que produções discursivas estão inseridas em um espaço textual compartilhado (HANSEN. 2006).

Desde o ano de 2006, a constante presença do tema da camada na mídia nacional e internacional, bem como em discursos e documentos oficiais do governo brasileiro, sugere o desenvolver de um fenômeno em plena dinâmica. Nesse sentido, pode-se dizer que novas variáveis e múltiplas implicações são paulatina e constantemente incorporadas

¹⁸ Security” is thus a self-referential practice, because it is in this practice that the issue becomes a security issue – not necessarily because a real existential threat existis but because the issue is presented as such a threat.

ao tema. A repercussão da denúncia de espionagem norte-americana¹⁹ à Petróleo Brasileiro S.A, Petrobras, veiculada em meados de 2013, bem como a aprovação da CLPC do segundo pleito brasileiro em 2014, vêm nesse sentido ilustrar a possibilidade de novas pesquisas e conclusões acerca do tema. Assim, reforça-se a ideia de que a resolução publicada no DOU em setembro de 2010 é uma importante resultante de um longo processo de construção discursiva. Entretanto o evento certamente não exauri todas as implicações advindas do modo como a camada pré-sal vem sendo colocada nos discursos nacionais. Dessa maneira, trabalha-se sobre o entendimento de que o conjunto das conclusões veiculado neste artigo é apenas uma possível interpretação relativa a uma metodologia e a objetivos específicos. Finalmente, salienta-se que “em uma análise final, a análise de discurso é apenas uma *interpretação*, fundamentada em uma argumentação detalhada e uma atenção cuidadosa ao material que está sendo estudado” (GIL. 2002: 266, grifo nosso). Ou seja, não se aspirou à revelação de sentidos antes presentes de modo velado nas narrativas selecionadas. Buscou-se apenas sugerir uma possível interpretação para uma questão complexa a partir da análise de discursos e da construção de uma intertextualidade, através de parâmetros específicos.

¹⁹ No ano de 2013 foi veiculada a denúncia de espionagem realizada pelos EUA e pelo Canadá a Petróleo Brasileiro S.A, na qual a rede privada de computadores da estatal brasileira teria sido alvo de invasão. A despeito da possibilidade da análise de tal episódio poder agregar valor à presente pesquisa, preferiu-se não considerar os discursos e documentos relacionados à questão, uma vez que o trabalho, iniciado em 2013, se desenvolvia concomitantemente as denúncias de espionagem – o que dificultaria a coleta de dados e minaria uma compreensão plena do processo.

Referências

- AMORIM, Celso. **Entrevista do Ministro da Defesa, Celso Amorim, produzida pela rede televisiva Record News**. YouTube, 10 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=c_2sC3Ipl7E>. Acesso em 11 set. 2014.
- BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Discursos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos>>. Acesso em: 12 out. 2014.
- BRASIL. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. **Define princípios básicos da Política de Defesa Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.
- BRASIL. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. **Define princípios básicos da Estratégia Nacional de Defesa**. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 98.145 de 15 de setembro de 1989. **Oficializa o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira**. Diário Oficial da União, Brasília, 1989.
- BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999. **Define princípios para o desenvolvimento do Livro Branco da Defesa Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 1999.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. **Plano Plurianual 2012-2015**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/Atualizacao_do_PPA_2012_2015.pdf>. Acesso em: 12 out. 2014.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014.
- BRASIL. Presidência da República. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 12 out. 2014.

BRASIL. Resolução nº4, de 03 de setembro de 2010. **Autoriza a realização de pesquisa na Placa Continental para além do limite de duzentas milhas náuticas.** Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE J. **Security: A new framework for analysis.** London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States foreign policy and the politics of identity.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Caderno de Estudos Estratégicos A Amazônia Azul.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Cadernos/CEE-010.pdf>. Acesso em: 12 out. 2014.

GIL, Rosalind. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002.

GALVÃO, Thiago G. **A indivisibilidade da segurança internacional: desenvolvimento mudanças climáticas no espaço amazônico. Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais.** Boletim Meridiano 47: IBRI. Disponível em: <<http://periodicos.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/1235>>. Acesso em: 12 set. 2013.

HANSEN, L. **Security as practice: discourse analysis and the bosnian war.** NY: Routledge, 2006.

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence.** NY: Longman, 2001.

KEOHANE, R. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy.** Princeton: Princeton University Press, 2005.

LULA, Luís Inácio da Silva. **Discurso proferido na cerimônia alusiva à coleta do primeiro óleo da camada do pré-sal na Plataforma P-34.** Vitória, 02 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/2o-semester/02-09-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-alusiva-a-coleta-do-primeiro-oleo-da-camada-do-pre-sal-na-plataforma-p-34/view>>. Acesso em: 09 out. 2014.

LULA, Luís Inácio da Silva. **Discurso proferido durante cerimônia alusiva à extração do primeiro barril de óleo na camada pré-sal.** Rio de Janeiro, 01 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/1o-semester/01-05-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-alusiva-a-extracao-do-primeiro-barril-de-oleo-na-camada-pre-sal/view>>. Acesso em: 09 out. 2014.

LULA, Luís Inácio da Silva. **Discurso proferido durante a celebração da independência do Brasil.** Brasília, 07 de setembro de 2009. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semester/07-09-2009-mensagem-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-do-dia-da-independencia-do-brasil/view>>. Acesso em: 09 out. 2014.

MENDES, Cristiano G. **A Construção do Conceito de Terrorismo: análise dos discursos do Ex-Primeiro-Ministro Britânico Tony Blair**. Brasília: UNB. 2008.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Plataforma Continental: a última fronteira da mineração brasileira**. Brasília, 2011. Disponível em:

<http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=5579>. Acesso em: 12 out. 2014.

NETO, Julio Soares de Moura. **Palestra intitulada Defendendo o Pré-sal**. Brasília, 2 de junho de 2010. Disponível em:

<http://www.mar.mil.br/menu_v/sinopse/2007/Complemento/complemento%2002-06-2010.htm>. Acesso em: 29 out. 2013.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Discursos da Presidenta Dilma Rousseff**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos#b_start=0>. Acesso em: 12 out. 2014.

ROUSSEFF, Dilma Vana da Silva. **Discurso de posse**. Brasília, 01 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>>. Acesso em: 09 out. 2014.

ROUSSEFF, Dilma Vana da Silva. **Discurso realizado durante a cerimônia de apresentação de Oficiais-Generais**. Brasília, 8 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-apresentacao-de-oficiais-generais>>. Acesso em: 09 out. 2014.

ROUSSEFF, Dilma Vana da Silva. **Pronunciamento proferido em rede nacional radio-televisiva**. 21 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-rede-nacional-de-radio-e-televisao-sobre-o-leilao-do-campo-de-libra>>. Acesso em: 09 out. 2014.

ROUSSEFF, Dilma Vana da Silva. **Pronunciamento proferido durante cerimônia de posse de Magda Chambriard, diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo**. Rio de Janeiro, 21 de março de 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-posse-de-magda-chambriard-diretora-geral-da-agencia-nacional-do-petroleo-anp>>. Acesso em: 09 out. 2014.

SCHMITT, C. **O Conceito do Político**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SIQUEIRA, Cynthia D. **Segurança energética e regime internacional de mudanças climáticas: o papel da burocracia pública brasileira na elaboração de diretrizes políticas.** Belo Horizonte: PUC Minas. 2010.

Recebido em: Junho de 2015;

Aprovado em: Setembro de 2015.